

PERDAS E DANOS: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SAÚDE DOS TRABALHADORES¹

Ivo Brito²

Existe um descompasso entre o campo de conhecimento que busca compreender as relações entre saúde e trabalho, suas determinações e a organização da assistência aos trabalhadores, seja do ponto de vista da segurança nos ambientes e/ou locais de trabalho - espaço que se tem caracterizado como campo de atuação de médicos, engenheiros e técnicos em segurança do trabalho -, seja ainda do ponto de vista da compreensão do processo saúde/doença que aflige um número cada vez mais expressivo de trabalhadores, em uma perspectiva preventivista - área de atuação da vigilância sanitária; e um outro campo que, recentemente, vem ganhando importância em decorrência da consciência que os trabalhadores têm adquirido, em sua luta cotidiana, das questões relacionadas à sua saúde no confronto entre o capital e o trabalho - campo de atuação dos sindicatos e institutos de pesquisas vinculados aos trabalhadores.

Este último campo vem enfrentando, últimos anos, os efeitos das políticas de ajustes na área social e econômica, como fator que tem colocado o movimento sindical na defensiva em resposta a tendência generalizada imposta pela processo de reestruturação produtiva, cujos indicadores mais importantes são a crescente dessindicalização, o desemprego, o subemprego

¹ Texto apresentado no Seminário Sobre a Importância da Saúde e Segurança no Trabalho nos Processos de Integração e Globalização da Economia promovido pela FUNDACENTRO/MTb e Organização Internacional do Trabalho (OIT), em São Paulo, julho de 1995.

² Prof. do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba, CCH.LA/UFPB, Consultor do Ministério da Saúde na área de Saúde do Trabalhador, Pesquisador do Núcleo de Estudos em Saúde Pública da FSA/UnB, doutorando do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (FLACSO/UnB) e membro da diretoria do Centro de Brasileiro de Estudos em Saúde (CEBES).

e a insegurança produzida pelas reformas na área social: desregulamentação dos direitos do trabalho e privatização dos sistemas previdenciários .

Na Conferência Nacional de Saúde dos Trabalhadores, realizada em Brasília em 1993, essas tendências ficaram muito claras. Duas grandes ordens de problemas teóricos e práticos foram debatidos: a) o primeiro, que colocava a saúde do trabalhador como sendo objeto exclusivo das ações da vigilância sanitária, sem que houvesse uma clara compreensão, da parte dos atores que defendiam essa proposta, das dificuldades a serem enfrentadas por uma área que, tradicionalmente, intervém na esfera da circulação, o que propiciou uma confusão em relação às competências de cada uma das instituições envolvidas no debate e, também, no interior do próprio Ministério da Saúde, principalmente em relação a assistência à saúde e à fiscalização dos ambientes de trabalho; b) o segundo problema engloba o primeiro e se refere a completa ausência de discussões sobre as mudanças nos novos padrões de acumulação de capital e as contradições produzidas pelas transformações no mundo do trabalho: autonomização crescente do trabalho como resultado de inovações tecnológicas, flexibilização da força e do mercado de trabalho, modificação nos padrões de regulação do trabalho assim como seu impacto sobre a saúde dos trabalhadores.

Gostaria de novamente trazer estas questões à discussão. Em parte pela importância que a temática assumiu no contexto político e social marcado pela transição democrática e pela profunda crise econômica e suas políticas de ajustes. Em parte, também, porque a discussão das transformações no mundo trabalho e seu impacto sobre a saúde não foi de todo satisfatória, perdendo-se, assim, uma oportunidade ímpar de se traçar uma política coordenada para o setor, como alternativa às estratégias neo-liberais em curso na maioria dos países latino-americanos.

No campo institucional, a polêmica foi mais para delimitar posição de princípio em relação ao Sistema Único de Saúde (SUS) e o processo de descentralização das ações de saúde, sem, entretanto, traçar uma proposta de modelo assistencial e de vigilância sanitária que viesse a se constituir referência para o conjunto dos trabalhadores. Mas também esteve eivada de uma posição conservadora baseada numa concepção de segurança e saúde na área do trabalho de caráter estritamente normativo, calcado no padrão de regulação controlado de cima pelo Estado.

Nas duas situações mencionadas ficaram patentes que os atores institucionais envolvidos não deram respostas às demandas colocadas pelos

trabalhadores, tampouco compreenderam as contradições inerentes à relação capital/trabalho.

No campo da ação sindical tem-se verificado profundas mudanças na forma de atuação e nas pautas de reivindicações. Há uma tendência marcante de substituir o confronto direto pela negociação, através de ações que visem resultados pontuais, passando, assim, de um sindicalismo de classe para um sindicalismo de participação. O que vem ocorrendo, na prática, é a defesa de conquistas sociais nos marcos de uma posição defensiva do movimento sindical frente aos interesses do capital (Antunes, 1993).

Nesse sentido, as políticas de gestão da força de trabalho atuais fazem parte de um conjunto de inovações tecnológicas e gerenciais - que alguns autores vêm denominando de novo paradigma técnico-econômico e/ou organizacional - em substituição ao modelo de eficiência taylorista-fordista, que se tornou hegemônico a partir da II Revolução Industrial (Gitay et al., 1993).

Assim, as iniciativas de reestruturação produtiva colocadas em prática na maioria dos países industriais obedecem aos esforços do capital, na perspectiva de elevar as taxas de lucro através da reconversão industrial e reestruturando os mercados, tornando-os mais integrados e interdependentes. Esse processo só foi possível através de um conjunto de medidas que passamos a enumerar: eliminação, absorção ou redução das empresas menos rentáveis; substituição de técnicas menos produtivas por tecnologias mais avançadas; redução da produção de produtos cuja demanda tem-se caracterizado pela estagnação, favorecendo a produção de produtos de maior demanda; racionalização da produção em termos de energia, matéria-prima e força de trabalho e intensificação dos processos de trabalho (Mandel, 1990).

Estas notas têm por objetivo situar a discussão da saúde e sua relação com o trabalho de uma perspectiva particular, enfatizando a experiência brasileira, trazendo à discussão algumas questões que são relevantes para o entendimento das transformações em curso e de seu impacto sobre a saúde dos trabalhadores.

A centralidade da categoria trabalho para o estudo da relação saúde e trabalho

Existe uma tendência generalizada na opinião pública e, em particular, entre os defensores da economia de mercado, em considerar a crise da sociedade do trabalho uma das questões centrais para a compreensão das transformações do que se convencionou chamar de crise da modernidade.

As mudanças atuais no padrão de acumulação e seletividade das políticas de regulação da força de trabalho têm induzido a formação de opinião de que a categoria trabalho já não possui papel normativo/analítico como variável explicativa para a crise da sociedade industrial contemporânea.

No entanto, o que se observa na prática é que as transformações impostas pelas novas formas de gestão do capital e do trabalho, ao contrário da previsão de que a categoria trabalho tenha esgotado seu poder explicativo, têm colocado a necessidade de se compreender as relações sociais sob as quais o processo de trabalho e o próprio trabalho se realizam, seja no que concerne às formas de subordinação (formal/real), à divisão do trabalho em escala internacional e às características que o mesmo assume frente a racionalização crescente do capital.

Assim, o fim da sociedade do trabalho apregoada por inúmeros autores³, e dentre estes um número significativo de intelectuais de direita, corresponde, na verdade, a uma transformação qualitativa dos processos de trabalho concreto e da subjetividade da *classe que vive do trabalho* (Antunes, 1995), e que deve ser visto não como resultado mas como processo, fruto das contradições do modo como vem se realizando a acumulação de capital nas sociedades industriais modernas. Acumulação que tem se caracterizado por uma crescente artificialidade e privilegamento da especulação financeira internacional.

O desemprego em escala mundial, que atinge índices expressivos nas economias centrais, a precarização do emprego, a diferenciação/segmentação crescente do mercado de trabalho, o empobrecimento de segmentos significativos da população mundial e o aumento intensivo de tecnologias devem constituir o pano de fundo para o entendimento dos

³ Ver os trabalhos de André Gorz (1982 e 1990). "Adeus ao proletariado". Ed. Forense, RJ e "The New Agenda", *New Left Review*, n. 184; Claus Offe (1989). "Trabalho como categoria sociológica fundamental?". *Trabalho & Sociedade*, RJ. Tempo Brasileiro, vol. I; Robert Kurtz (1992). "O colapso da Modernização". SP, Ed. Paz e Terra.

problemas emergentes na área da saúde e sua relação com o trabalho. Para tanto, é necessário levar em consideração os seguintes aspectos, abaixo relacionados:

1 - Impacto do processo de reestruturação produtiva nos padrões de morbidade e mortalidade relacionados ao processo de trabalho. Essas transformações - passagem do modelo de regulação taylorista/fordista para o modelo baseado na gestão pela qualidade e flexibilização dos processos de trabalho - têm chamado a atenção dos especialistas no que se refere ao impacto destas mudanças sobre a carga laboral ou intensidade, em termos da demanda física do trabalhador: desgaste e stress.

2 - Controle sobre as condições de trabalho, através do qual o trabalhador possa enfrentar as pressões das inovações tecnológicas e/ou das conjunturas caracterizadas por adoção de medidas recessivas que implicam em desemprego. Esse elemento constitui-se em fator decisivo nos locais de trabalho para evitar os efeitos danosos da intensificação e segmentação do trabalho.

3 - As possibilidades para o trabalhador desenvolver qualificações são cruciais para o seu desenvolvimento mental e recurso importante para o controle sobre as condições de trabalho.

4 - A importância do apoio social, fora e dentro da vida laboral, para a saúde aparece em vários estudos, tais como a importância dos estudos sobre redes de solidariedade e as investigações recentes sobre famílias operárias.

5 - A relativa privação sócio-econômica (pobreza, desemprego, etc.) se reproduz ainda nos estados de bem-estar modernos e tem mostrado ter efeitos adversos sobre a saúde em suas populações e muitas vezes as respostas dadas pelos setores organizados do movimento operário não apresentam propostas alternativas às investidas do capital.

6 - Relações de poder entre trabalho e capital, que representam formas de controle coletivo, influenciadas pela sindicalização, desemprego e outros fatores, influenciam a saúde através da regulamentação do lugar do trabalho, legislação e medidas afins.

7 - A crescente mobilidade espacial da força de trabalho com o surgimento das transnacionais e dos grandes projetos (construção de

barragens, estradas, etc.), exige estudos sobre os riscos a que está submetida essa mão-de-obra, bem como sobre as formas de proteção ao trabalhador.

O cenário e as tendências internacionais

As transformações na economia mundial nos últimos dez anos vem chamando a atenção de inúmeros analistas. Em primeiro lugar, pelo impacto da recessão mundial e o endividamento externo das principais economias em vias de desenvolvimento, o que tem superado a experiência no plano mundial da grande depressão de 1929. Em segundo lugar, pela crescente incorporação e mudança nos padrões tecnológicos de produtos e processos, alterando substantivamente as formas de gestão da força de trabalho baseadas nos modelos tayloristas e fordistas. Em síntese, podemos resumir as características da crise nos seguintes termos:

- enfraquecimento do modelo gerencial que embasou a difusão de produtos e processos no período de expansão industrial nas décadas de 50 e 60;

- surgimento de janelas de oportunidades associadas às mudanças e inovações tecnológicas;

- oscilações nos preços de insumos e matérias-primas com acentuada queda para os produtos alimentícios e derivados de petróleo;

- restrições e ajustes nas políticas distributivas, principalmente, nos padrões de cobertura, seletividade e financiamento das políticas de bem-estar social

É no início da década de 70 que se observa, para o conjunto das economias de mercado, tendência à desaceleração do crescimento do produto industrial. Essa tendência é mais acentuada nos países desenvolvidos do que nas economias industriais em vias de desenvolvimento. As taxas de crescimento nestas continuaram a crescer durante toda a década de 70, iniciando-se no período recessivo de 82-83 a fase de desaceleração e estagnação. A tabela 1 ilustra as tendências, em termos de crescimento industrial, para o conjunto dos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento.

TABELA 1
ECONOMIAS DE MERCADO - CRESCIMENTO REAL DO PRODUTO
INDUSTRIAL - TAXAS MÉDIAS ANUAIS, 1960-1989.

PERÍODO	TOTAL	DESENV.	EMDESEN	ASIA	AM LATINA
60-73	6	6	6,9	6,4	7,4
73-76	0,5	0	5,8	7,8	4,6
76-80	3,1	2,8	5,5	5,9	5,2
80-83	-0,2	-0,5	1,4	6,9	-2,9
83-86	4,4	3,8	7,5	9,5	6,2
86-89	4,8	4,5	6,6	8,8	5

Fonte: BRASIL-IPEA

O modelo de desenvolvimento dos países centrais beneficiou-se do processo de reconstrução do pós-guerra, baseado no plano Marshall, calcado no uso intensivo de insumos energéticos e na oferta de mão-de-obra voltados para a produção industrial de bens duráveis. Esse modelo, com o choque do petróleo nos anos 70, entrou numa fase recessiva e de reestruturação produtiva. A crise motivou novos investimentos em modernização e racionalização da capacidade produtiva, tornando os processos industriais e o gerenciamento mais flexíveis, o que facilitou o desenvolvimento de novos produtos e processos. Foi de fundamental importância para a concretização da reestruturação produtiva nos países centrais, o progresso técnico na área da micro-eletrônica e a adoção de novos princípios de gestão baseados no uso intensivo de mão-de-obra qualificada.

Os países em vias de desenvolvimento, principalmente aqueles de industrialização recente (NIC), da Ásia e América Latina, beneficiaram-se das vantagens comparativas dos produtos manufaturados intensivos em recursos naturais e das exportações de matéria-prima. Essas vantagens foram fatores importantes para a expansão da atividade industrial e induziram transformações significativas na estrutura produtiva, resultando, por um lado, no aumento da participação da indústria de transformação no mercado mundial e, por outro, na transformação das estruturas agrárias, aumentando a participação de insumos e máquinas na agro-pecuária.

A década de 80 inicia-se sob o signo de novas rupturas. Podemos, em resumo, identificar pelo menos três elementos. O primeiro está relacionado às oscilações de preços das matérias-primas e insumos de recursos naturais. O preço do petróleo, por exemplo, aumentou significativamente entre o final

de 1979 e 1981 e, a partir daí, inicia-se um processo sucessivo de queda nos preços, atingindo em 1986 nível inferior ao de 1979.

O desempenho do setor agro-pecuário e de matérias-primas sofreu, também, queda acentuada nesse mesmo período. Os países exportadores de matérias-primas entraram em dificuldades e viram cair sua receita, reduzindo, assim, seu desempenho no setor produtivo.

O segundo elemento está associado à política cambial norte americana de garantir a valorização do dólar e o aumento das taxas de juros, agitando os agentes econômicos e aprofundando o desequilíbrio entre os países industrializados e entre estes e os em vias de desenvolvimento.

A política recessiva dos anos 80 acentuou o problema do endividamento externo dos países em vias de desenvolvimento e induziu a adoção de medidas de ajustes estruturais, com acentuada repercussão sobre o mercado de trabalho (desemprego, informalização e terceirização do mercado), sobre os padrões de regulação da força de trabalho (crise das políticas sociais) e sobre as formas de organização dos trabalhadores frente à desindustrialização, terceirização e às inovações tecnológicas.

O terceiro fator está relacionado às inovações tecnológicas. A nova divisão internacional do trabalho, compatível com os padrões de reestruturação industrial, torna penosas e nocivas as atividades laborais e muito pouco tem sido feito no sentido de reverter esse quadro. Paralelamente, observa-se uma tendência a uma divisão internacional dos riscos, com a transferência de plantas industriais poluentes para os países periféricos. Essa transferência tem-se beneficiado de políticas de incentivos fiscais e de legislação ambiental inadequadas e pouco consistentes. O exemplo mais citado na literatura é o caso do amianto.

Reestruturação produtiva e saúde dos trabalhadores: a experiência brasileira

A modernização da estrutura produtiva é recente e coincide com as mudanças no plano político: transição de um regime de acumulação baseado no modelo substitutivo de importações, com acentuada presença e intervenção estatal, em um contexto de crise recessiva a nível internacional e o crescente endividamento externo do país.

Este modelo, nos anos 70, cresceu e diversificou-se apoiado nos investimentos externos, na política de incentivos estatais e de ciência e tecnologia, e em uma política salarial que se caracterizou pelo arrocho e repressão às atividades sindicais dos trabalhadores urbanos. A agricultura, no mesmo período, também se beneficiou da política de intervenção estatal, e os setores agro-industriais experimentaram um crescimento significativo, sem que se alterassem a estrutura fundiária tradicional e os padrões tecnológicos.

Os indicadores sociais revelavam, nos anos do milagre, a face perversa do modelo de desenvolvimento, cujas características são conhecidas: concentração da renda, estrutura fundiária altamente concentrada e voltada para agricultura de exportação, achatamento dos salários, altas taxas de acidentes de trabalho e um vigoroso processo de urbanização da sociedade com acentuada desigualdade na distribuição de bens e serviços a população nas regiões metropolitanas.

No plano político, esse processo foi marcado por uma política de cooptação das camadas médias e dos setores de baixa renda, por meio de uma padrão de seletividade estatal altamente excludente, resultando em um sistema de participação e de representação bastante limitado e de baixa competitividade política.

No plano social, as políticas sociais se caracterizaram mais pelo componente da cooptação, do corporativismo e da exclusão de uma significativa parcela da população. A agenda social, portanto, respondia mais aos interesses de uma minoria aumentando o fosso entre aqueles privilegiados pelo sistema de base corporativa e a grande massa de deserdados, representando um tipo particular de cidadão, cujo resultado é o “confinamento regulatório da cidadania” (Telles, 1994) e um “tipo inédito de hobbessianismo social” (Santos, 1994) que se pauta pela violência na solução dos conflitos distributivos.

A transformação ocorrida na década dos 80 não rompeu com padrão anterior, vem, ao contrário, impondo-se através da combinação de elementos do paradigma industrial anterior com as inovações tecnológicas mais recentes. Este último mescla-se e redefine o paradigma antigo. O país integra a economia mundial sem que as tarefas da modernidade tenham sido realizadas. Esta questão, por exemplo, coloca-nos frente a novos problemas no campo social, cuja importância para a área da segurança e saúde dos trabalhadores é relevante, tais como os processos de *desregulamentação dos direitos trabalhistas* e a *precarização do trabalho*, que aumentam a incerteza

e colocam na agenda a sobreposição de velhos e novos riscos para saúde dos trabalhadores.

A incorporação do progresso técnico nos setores produtivos mais dinâmicos tem produzido, por um lado, novos postos de trabalho, que exigem mão-de-obra qualificada, melhores salários e cobertura de benefícios através de salários indiretos e, por outro, o surgimento de um contingente de trabalhadores que realizam atividades físicas, manuais, em condições de trabalho precárias e de alto risco. O primeiro grupo caracteriza-se por pautas de solidariedade e de identidades muito sólidas; o segundo por um tendência ao anonimato e fragilidade na sua organização, dadas as condições a que estão subordinados: relação contratual débil; baixas remunerações; acesso irregular a seguridade social; falta de capacitação e trabalho em condições inseguras e perigosas.

Nesse caso, é necessário que se efetue estudos sobre acidentes de trabalho nas empresas sub-contratadas (empreiteiras) e nas empresas de pequeno porte, articulando a compreensão do problema em uma perspectiva mais geral, onde as transformações nas relações sociais de produção na economia mundial contêm as relações sociais concretas que se estabelecem no interior das empresa nacionais e/ou regionais, com suas características e especificidades próprias. Identificar os novos riscos em decorrência do uso intensivo de tecnologia no processo de trabalho, e identificar as demandas específicas nos locais de trabalho com as demandas que outros atores sociais pleiteiam, como parte de um processo societário mais complexo de construção de uma sociedade mais justa.

Bibliografia

- ANTUNES, Ricardo. (1993). "A crise dos sindicatos", **Teoria em Debate**, N. 20, 66-69, São Paulo.
- _____. (1995), "**Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**". Campinas: Cortez Editora & Editora Unicamp.
- GITAY, Leda & et al. (1993), "Relações de trabalho, política de recursos humanos e competitividade: reestruturação produtiva e a empresa", in **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira**. Brasília: MCT/FINEP/PADCT.
- GORZ, André. (1982), "**Adeus ao proletariado**". Rio de Janeiro: Ed. Forense.

- _____. (1990). "The New Agenda". in **New Left Review**, N. 184.
- KURTZ, Robert. (1992). "**O colapso da modernização**". São Paulo: Ed. Paz e Terra.
- MANDEL, Ernest. (1990). "**A crise do capital**". Campinas: Ed. Unicamp/Ensaio.
- OFFE, Claus. (1989). "Trabalho como categoria sociológica fundamental?", in **Trabalho & Sociedade, Vol. I**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro.
- SANTOS, Wanderley G. (1993). "Fronteiras do Estado Mínimo", in **Razões da Desordem**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco.
- TELLES, Vera. (1994). "Sociedade Civil e os Caminhos (Incertos) da Cidadania, in **São Paulo em Perspectiva**, N.8 (2).